



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 25/09/2023
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE GOMES	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	ONLINE
IONE NAKAMURA	MPE	PRESENCIAL
ANDREIA BARRETO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
MARCOS ANTONIO DE SOUZA	SPU	PRESENCIAL
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA-PA	PRESENCIAL
MICHELLE LEITE	DPU	PRESENCIAL
MARIO SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
BRUNO KONO	ITERPA	PRESENCIAL
CAROLINA ARAUJO	INCRA	PRESENCIAL
GEANLUCA ALVES	FAMEP	PRESENCIAL
CLAUDIA MACEDO	URBE-AMAZONIA/FAMEP	PRESENCIAL
ANA LUIZA ROCHA	UFPA	PRESENCIAL
LULLY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
MYRIAN CARDOSO	UFPA	PRESENCIAL
INDARA AGUIAR ROUMIE	SEMAS	PRESENCIAL
FLAVIA SILVA	DIRETORA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA SEHAB	PRESENCIAL
ADRIANA MEZZOMO	PROCURADORA MUNICÍPIO BREU BRANCO	ONLINE
SANDRA ALVES	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
MARCELE BARILE	MARITUBA	PRESENCIAL
RENAN OHSE	SECRETARIO AGRICULTURA PARAGOMINAS	PRESENCIAL

ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
MYRZA TANDAYA	PRESIDENTE CRI/PA	ONLINE
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIARIO – SECRETÁRIA DA REUNIÃO	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

- 1) JUNTADA DAS NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS PELO SETOR DE CARACTERIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO (SECAP) E PELO SERVIÇO DE DESTINAÇÃO PATRIMONIAL (SEDEP) DA SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU), CUJOS ARQUIVOS DIGITAIS FORAM ENTREGUES, NESTA DATA, PELO SUPERINTENDENTE NO ESTADO DO PARÁ E COMPARTILHAMENTO COM OS PARTICIPANTES DO GRUPO.

SITUAÇÃO: ITEM CUMPRIDO (OFÍCIO CIRCULAR Nº 355/2023-CGJ ENCAMINHADO, VIA E-MAIL, NO DIA 15.09.2023 – ID'S 3339789, 3339791 E 3374192 DO PJECOR N. 0001278-43.2023.2.00.0814)

- 2) APRESENTAÇÃO, PELO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS À SUPERINTENDÊNCIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM RELAÇÃO AO PLANO DE TRABALHO (COM MEMORIAL DESCRITIVO, CADASTRO DAS FAMÍLIAS QUE SERÃO BENEFICIADAS, ETC.), ESPECIALMENTE DIANTE DO COMPROMISSO PÚBLICO DO SUPERINTENDENTE DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO DE CONFERIR CELERIDADE AO PROCESSO CORRELATO À DEFLAGRAÇÃO DO PROCESSO DE DESTINAÇÃO, FRISANDO QUE O PEDIDO FORMULADO EM FEVEREIRO DE 2023 SERIA ARQUIVADO, A FIM DE QUE TRAMITASSE APENAS UM NOVO PROCEDIMENTO QUE AGLUTINASSE TODAS AS INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS.

SITUAÇÃO: O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA DEVERÁ ESCLARECER AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS;

- 3) APRESENTAÇÃO, PELA SPU, DE INFORMAÇÕES QUANTO AO PROJETO SPU DEMARCAÇÃO – QUE VISA DEMARCAR O PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PAÍS –, ESPECIALMENTE QUANTO AO ESTABELECIMENTO DE CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA QUE, ATÉ NOVEMBRO DE 2024, EXISTAM RESULTADOS CONCRETOS, INCLUSIVE QUANTO À LINHA DE PREAMAR MÉDIO DE 1831.

SITUAÇÃO: A SPU DEVERÁ ESCLARECER AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS;

- 4) A SPU APRESENTARÁ INFORMAÇÕES SOBRE A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PA-00848/2023 E PA005472023, DE BREU BRANCO; **SITUAÇÃO:** A SPU DEVERÁ MANIFESTAR-SE;

- 5) SOBRE O ALINHAMENTO INSTITUCIONAL ENTRE O CREA, A FAMEP, A SEMAS E O ITERPA QUANTO AOS DADOS DOS PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ATUAR EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – QUE JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DO CONSELHO –, ESPECIALMENTE PARA OTIMIZAR A ATUAÇÃO DISCIPLINAR DO CREAS EM CASO DE IRREGULARIDADE NO EXERCÍCIO DE TAL ATIVIDADE.

SITUAÇÃO: OS ENVOLVIDOS DEVERÃO ESCLARECER AS MEDIDAS ADOTADAS PARA FIRMAR ESSE ALINHAMENTO;

- 6) A SEMAS INFORMARIA À ANOREG OS PARÂMETROS DE INTEROPERABILIDADE PARA ACESSO ÀS MATRÍCULAS – QUE ENVOLVEM OS DADOS DE VÁRIAS PESSOAS –, NOS TERMOS DA LGPD E DO PROVIMENTO DO CNJ, A FIM DE

AUTOMATIZAR TAL PROCEDIMENTO SISTÊMICO. **SITUAÇÃO:** OS ENVOLVIDOS DEVERÃO ESCLARECER SE HOUE O ENVIO E A ANÁLISE DE TAIS INFORMAÇÕES RELATIVAS À INTEROPERABILIDADE;

- 7) O ITERPA DEVERÁ INFORMAR ACERCA DE EVENTUAL DIFICULDADE PARA INSERÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DE TODAS AS GLEBAS ESTADUAIS NO SICARF. **SITUAÇÃO:** O ITERPA DEVERÁ MANIFESTAR-SE;
- 8) O ITERPA PRESTARÁ INFORMAÇÕES SOBRE AS 2 DEMANDAS FORMALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE BREU BRANCO, NOS PROCESSOS Nº 257/2023-GP E Nº 226/GP; **SITUAÇÃO:** O ITERPA DEVERÁ MANIFESTAR-SE;
- 9) APRESENTAÇÃO DE UM PLANO DE TRABALHO QUANTO AO PROJETO DA FAMEP DE CONCRETIZAR PARCERIAS PARA O DIAGNÓSTICO DA GESTÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE REURB – EXEMPLIFICATIVAMENTE, EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, JÁ TENDO ALGUNS MUNICÍPIOS, COMO PARAUPEBAS, MANUAL DE FLUXO DE TRABALHO QUE FACILITA O REGISTRO NO CARTÓRIO –, FIGURANDO COMO PARCEIROS INICIAIS O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA); **SITUAÇÃO:** A FAMEP DEVERÁ MANIFESTAR-SE;
- 10) ENCAMINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, A FIM DE QUE ESTE PRESTASSE INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES E INICIATIVAS QUE PODERIAM SER IMPLEMENTADAS, DE FORMA COLABORATIVA, COM OS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDOS; **SITUAÇÃO:** ITEM CUMPRIDO. HOUE A FORMALIZAÇÃO DO OFÍCIO Nº 358/2023-CGJ ENCAMINHANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE O NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, AS ATAS DE REUNIÃO DO GRUPO DE GOVERNANÇA, BEM COMO O CONVITE PARA QUE O MINISTÉRIO DAS CIDADES DESIGNASSE REPRESENTANTE PARA APRESENTAR POSSÍVEIS AÇÕES E INICIATIVAS DO MINISTÉRIO NESTA REUNIÃO;
- 11) APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A VIABILIDADE DE EFETIVAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE CODEM E SPU PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ESPECIALMENTE DIANTE DO TERMO DE COOPERAÇÃO JÁ FIRMADO ENTRE CODEM E UFPA, NO QUAL FORAM DISPONIBILIZADOS RECURSOS HUMANOS PELA COMPANHIA MUNICIPAL; **SITUAÇÃO:** OS ENVOLVIDOS DEVERÃO ESCLARECER AS TRATATIVAS;
- 12) APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS PELO INCRA(BELÉM) SOBRE A SITUAÇÃO DA ILHA DE SUASSUNEMA AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA. **SITUAÇÃO:** O INCRA DEVERÁ MANIFESTAR-SE;
- 13) JUNTADA DO ESTUDO ACERCA DA DIFERENÇA DE PROCEDIMENTOS PREVISTOS NAS LEIS Nº 6.766 E Nº 13.465, E DISPONIBILIZAÇÃO AOS PARTICIPANTES; **SITUAÇÃO:** ITEM CUMPRIDO (OFÍCIO CIRCULAR Nº 355/2023-CGJ ENCAMINHADO, VIA E-MAIL, NO DIA 15.09.2023 – ID’S 3339789, 3339794 E 3374192 DO PJECOR N. 0001278-43.2023.2.00.0814)
- 14) A CGJ ANALISARÁ E ORIENTARÁ O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA E O CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ANANINDEUA SOBRE A DIFERENÇA

PROCEDIMENTAL EM RELAÇÃO A ALGUNS LOTEAMENTOS. **SITUAÇÃO:** PROCEDIMENTO PRÓPRIO FORMALIZADO E EM TRÂMITE NO PJECOR SOB O N. 0003002-82.2023.2.00.0814

- 15) COMPARTILHAMENTO COM OS PRESENTES DO E-MAIL DE CONTATO DA SPU; **SITUAÇÃO:** ITEM CUMPRIDO CONFORME OFÍCIO CIRCULAR Nº 355/2023-CGJ;
- 16) CONTATO COM O CNJ PARA VERIFICAR O RECEBIMENTO DOS PROJETOS INSCRITOS PARA O PRÊMIO; **SITUAÇÃO:** RELAÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS FOI DIVULGADA NO SITE DA SEMANA SOLO SEGURO NA SEMANA SUBSEQUENTE AO TÉRMINO DO PRAZO DAS INSCRIÇÕES. **ITEM CUMPRIDO**
- 17) ENCAMINHAMENTO DAS NOTAS TÉCNICAS SOBRE GEORREFERENCIAMENTO A TODOS OS PRESENTES NA REUNIÃO **SITUAÇÃO:** ITEM CUMPRIDO CONFORME OFÍCIO CIRCULAR Nº 355/2023-CGJ

NOVAS QUESTÕES PARA APRECIÇÃO DO GRUPO:

1. FORMALIZAÇÃO DO CONVITE À CLÍNICA DE DIREITO À CIDADE DO ICJ/UFPA, ATRAVÉS DAS PROFESSORAS DR^{AS} LULY FISCHER, MYRIAN CARDOSO ATAÍDE E ANA LUÍSA ROCHA, PARA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE GOVERNANÇA E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES;
2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, QUE MANIFESTOU INTERESSE EM FIRMAR PARCERIAS VOLTADAS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL;
3. IDENTIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU.

PONTOS LEVANTADOS E DECISÕES TOMADAS:

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 09H25. DISCUSSÕES/DEBATES:

O DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO: DEU A BOA VINDA A TODOS OS PRESENTES E AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS. RESSALTOU QUE ESTE GRUPO É FORMADO PELA BOA VONTADE DE TODOS OS PRESENTES COM A FINALIDADE DE ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL. REGISTROU OS RESULTADOS DA SEMANA SOLO SEGURO, INFORMANDO QUE ULTRAPASSOU AS EXPECTATIVAS, COM A ENTREGA DE 4000 TÍTULOS. PARABENIZOU A TODOS OS ENVOLVIDOS NA QUESTÃO.

TAMBÉM RESSALTOU O RECONHECIMENTO DO CNJ PELO ENVOLVIMENTO, COM A OUTORGA DO TÍTULO DE MENÇÕES HONROSAS A ALGUMAS INICIATIVAS DO ESTADO. DESTACOU, NO ENTANTO, QUE ENTENDE QUE INICIATIVAS ESTADUAIS PODERIAM TER GANHADO MAIOR RECONHECIMENTO, TENDO MENCIONADO A INICIATIVA DE SERRA PELADA.

AS QUATRO INICIATIVAS PREMIADAS COLOCARAM O ESTADO DO PARÁ EM DESTAQUE NO CENÁRIO DA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (OS PROJETOS DA PREFEITURA DE ANANINDEUA, PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS, 3º OFÍCIO DE IMOVEIS DE BELEM E PROJETO REGULARIZAR, DA CGJ-PA).

O OBJETIVO É CONTINUAR TRABALHANDO PARA SUPERAR OS NÚMEROS E AVANÇAR NESSE CENÁRIO.

PARA ISSO, É NECESSÁRIO AUMENTAR A INTERLOCUÇÃO DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM ESSE GRUPO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AO INCRA E À SPU, NA EXPEDIÇÃO DOS RESPECTIVOS TÍTULOS.

O CENÁRIO RURAL AINDA NÃO ESTÁ AVANÇANDO, MAS A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA ESTÁ AVANÇANDO A PASSOS LARGOS.

MENCIONOU, TAMBÉM, O EVENTO REALIZADO PELA CGJ POR OCASIÃO DA SEMANA SOLO SEGURO.

DESTACOU O CONVITE FEITO ÀS PROFESSORAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PARA AUXILIAR O GRUPO, QUE SE ENCONTRAM PRESENTES À REUNIÃO.

INFORMOU AOS PRESENTES QUE ESTÁ SENDO ELABORADO ATO NORMATIVO COM OS NOMES DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS PARA FORMALIZAR ESTE GRUPO CONSTITUÍDO PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES.

EM SEGUIDA, HOVE A APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS MYRIAN, ANA LUIZA E LULLY.

GIROLAMO – FETAGRI – É NECESSÁRIO ENCONTRAR CAMINHOS PARA ALCANÇAR OS DEMAIS ESTADOS QUE JÁ ESTÃO MAIS AVANÇADOS NO CENÁRIO DE REURB. DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA ENTREGA DOS TÍTULOS DE QUILOMBOLAS DEVIDAMENTE REGISTRADOS, INICIATIVA QUE FOI REFERENDADA A NÍVEL NACIONAL E QUE DEVE SER COPIADA PELOS OUTROS ESTADOS A PARTIR DE ATUAÇÃO DO CNJ. E DEVE SER TRAÇADO UM CRONOGRAMA PARA QUE OS NÚMEROS AVANÇEM.

DES JOSE ROBERTO – RECONHECEU A IMPORTÂNCIA DA TITULAÇÃO DOS QUILOMBOLAS, E AGRADECEU O AUXÍLIO DO ITERPA NESSA EMPREITADA. MENCIONOU A DIFICULDADE DE O ESTADO DO PARÁ AVANÇAR NA QUESTÃO, TENDO APENAS TITULARIDADE SOBRE 30% DE SEU TERRITÓRIO, ALÉM DE O INCRA POSSUIR TRÊS SUPERINTENDÊNCIAS AUTÔNOMAS ENTRE SI, COM A CENTRALIZAÇÃO APENAS SE DANDO EM BRASÍLIA. FEZ O REQUERIMENTO AO MINISTRO SALOMÃO, CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, PARA QUE INTERCEDESSE JUNTO A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO INCRA E AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO PARA QUE SE POSSIBILITE MAIOR DINAMISMO NA ATUAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS DO INCRA NO ESTADO DO PARÁ. ENTENDE QUE SE A UNIÃO REPASSASSE AO ESTADO A TITULARIDADE DAS TERRAS, ESTE ENCONTRARIA UMA SOLUÇÃO. MAS, COMO AS TERRAS SÃO DE TITULARIDADE DA UNIÃO, ESTA DEVE TRAZER UMA SOLUÇÃO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – 1º ITEM DA PAUTA. CUMPRIDO, CASO ALGUÉM NÃO TENHA RECEBIDO, COLOCOU A CGJ À DISPOSIÇÃO.

BRUNO KONO – ITERPA – INFORMOU AO GRUPO QUE, NOS DIAS 10 E 11 DE OUTUBRO HAVERÁ UM EVENTO EM QUE SE REUNIRÁ O ITERPA, AS TRÊS SUPERINTENDÊNCIAS DO INCRA E A SPU, POIS ESTÁ SE FORMANDO UM GRUPO TÉCNICO COM OS ÓRGÃOS FUNDIÁRIOS. O OBJETIVO DO GRUPO É DEBATER AS QUESTÕES TÉCNICAS ENVOLVENDO OS ÓRGÃOS DE TERRA, PARTA COMEÇAR A TER UMA AGENDA DE ALINHAMENTO DE ENTENDIMENTOS A RESPEITO DISSO. A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMANDAS, DE PONTOS EM COMUM QUE PRECISAM DE RESPOSTAS. HÁ DEMANDAS QUE PODEM SER RESPONDIDAS POR UM ÚNICO ÓRGÃO, MAS HÁ OUTRAS QUE PRECISAM SER RESPONDIDAS POR MAIS DE UM ÓRGÃO OU VIA BRASÍLIA.

LUCIO GUERREIRO – ELOGIOU A INICIATIVA E PEDIU QUE A CGJ FOSSE INFORMADA DOS RESULTADOS.

BRUNO KONO – ITERPA – ESTÃO FORMALIZANDO UM GRUPO TÉCNICO, AS AGENDAS SERÃO PERIÓDICAS E ESTE GRUPO DE GOVERNANÇA SERÁ SEMPRE INFORMADO SOBRE ENCAMINHAMENTOS, DEMANDAS E RESPOSTAS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – 2º ITEM DA PAUTA.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – DISSE QUE O MUNICÍPIO TEM MANTIDO DIÁLOGO COM A SPU. FOI AGENDADA UMA REUNIÃO, MAS QUE O SECRETÁRIO NÃO PODE IR, INFORMA QUE TEVE ALTERAÇÃO NO PROJETO DE SASSUNEMA, A PEDIDO DAS COMUNIDADES WARAO. ATUALMENTE, O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PRECISA FINALIZAR AS ALTERAÇÕES DO PROJETO, PARA PODER ENCAMINHAR À SPU, INCLUSIVE COM A RELAÇÃO DAS FAMILIAS, ANTES DE AGENDAR NOVA REUNIÃO.

LUCIO GUERREIRO – PERGUNTOU SE JÁ HAVIA ALINHAMENTO PARA UMA NOVA REUNIÃO ENTRE ANANINDEUA E SPU.

FLAVIA SILVA – INFORMOU QUE PRECISAM FINALIZAR O PROJETO ANTES DE AGENDAR NOVA REUNIÃO.

LUCIO GUERREIRO – SOBRE ESTA PAUTA, QUESTIONOU A REPRESENTANTE DO INCRA SOBRE ENCAMINHAMENTO DE OFÍCIO À PREFEITURA DE ANANINDEUA SOBRE A FALTA DE GESTÃO DO ÓRGÃO, A RESPEITO DA ILHA DE SASSUNEMA

FLAVIA SILVA – CONFIRMOU O ENVIO DO OFÍCIO PELO INCRA.

ANDREIA - DEFENSORIA PÚBLICA – PERGUNTOU AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA SE JÁ HÁ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO DO PROJETO E SE ESSA NOVA ELABORAÇÃO CONTARÁ COM A OITIVA DA COMUNIDADE WARAO.

FLAVIA SILVA – NÃO HÁ DATA PREVISTA, E INFORMOU QUE ESSE NOVO ENCAMINHAMENTO DO PROJETO JÁ OCORREU SOB DEMANDA DA COMUNIDADE WARAO, MAS QUE, AO FINALIZAR O PROJETO, A COMUNIDADE SERÁ OUVIDA NOVAMENTE.

LUCIO GUERREIRO – 3º PONTO DA PAUTA. ADIAMENTO DADO O ATRASO DO REPRESENTANTE DA SPU. 4º PONTO DA PAUTA, RELATIVO AOS PROCESSOS DE BREU BRANCO NA SPU.

ADRIANA MEZZOMO – BREU BRANCO – INFORMOU QUE NÃO HÁ RETORNO DA SPU SOBRE A SITUAÇÃO DAS ILHAS NO MUNICÍPIO. INFORMOU QUE FOI PROTOCOLADA NOVA DEMANDA, ESSA SEMANA, NA SPU, QUE SE TRATA DE CONFLITO ENTRE ELETRONORTE E UNIÃO.

LUCIO GUERREIRO – 5º ITEM DA PAUTA

JESSICA MACIEL – CREA – FOI REALIZADA UMA REUNIÃO INTERNA SOBRE A DISPONIBILIDADE DOS DADOS DOS PROFISSIONAIS E “ENTRARAM COM UM TIQUETE” JUNTO A EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DO ÓRGÃO, O SITAQ, PARA DESENVOLVER UM AMBIENTE DE TESTES E VIABILIZAR O ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES PARA CONSTRUIR BASE DE DADOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PELOS ÓRGÃOS PRESENTES. EXISTE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ESTÁ SENDO CELEBRADO COM A EMATER, QUE CONVERGE PARA AS DISCUSSÕES DESTES GRUPO, POIS FORMA CADASTRO DE PROFISSIONAIS APTOS A ELABORAR MEDIÇÃO DE IMOVEIS DE ATÉ 4 MODULOS FISCAIS E O CREA PRETENDE ESTENDE-LO AOS DEMAIS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM ESTE GRUPO. ATUALMENTE, OS AUTOS DE INFRAÇÃO ELABORADOS PELOS PROFISSIONAIS QUE ESTÃO PRESTANDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE ATÉ 4 MODULOS FISCAIS, “ESTÁ SE ESTENDENDO”, E NÃO SOMENTE A PARTIR DA EMATER, MAS NOS TERMOS AS PREFEITURAS PODEM PRESTAR ESSA ASSISTÊNCIA. ENTÃO PRECISA HAVER UMA BASE DE DADOS UNIFICADA E FOMENTAR O MESMO ALINHAMENTO TÉCNICO. JÁ EXISTE A NORMA, AGORA É NECESSÁRIO QUE OS PROFISSIONAIS QUE JÁ TEM REGISTRO NO CONSELHO TENHAM ACESSO E QUE OS USUÁRIOS TENHAM ACESSO AOS PROFISSIONAIS QUE SÃO QUALIFICADOS.

IONE NAKAMURA – MPE – FOI PROCURADA POR ALGUNS TÉCNICOS DA EMATER RELATANDO QUE ESTAO SENDO COBRADOS 96 REAIS DE RT PARA CADA CAR EMITIDO, TANTO DE PROFISSIONAIS DA EMATER, QUANTO DAS PREFEITURAS. POR CONTA DISSO, OS TÉCNICOS, QUE ATENDEM AGRICULTORES FAMILIARES, ENTENDEM QUE ESSE VALOR É EXCESSIVO E ESTÃO SE NEGANDO A FAZER ALGUNS TRABALHOS, SENDO QUE ELES MUITAS VEZES NÃO COBRAM NADA PELO SERVIÇO, ESPECIALMENTE ÁREA RURAL. E AGORA ESTÃO SENDO AUTUADOS. PERGUNTOU AO CREA SOBRE A COBRANÇA DO VALOR DE 96 REAIS PELOS TECNICOS DO EMATER E DAS PREFEITURAS. INFORMOU QUE ESTÁ MARCANDO UMA REUNIÃO PARA DISCUTIR ESSE ASSUNTO.

JESSICA MACIEL - CREA – A AÇÃO DO CREA NÃO TEM PREVISÃO PARA ISENÇÃO, PORQUE FOI PENSADA PARA QUE O PROFISSIONAL TENHA UM ROL DE ATIVIDADES QUE ELE EXECUTOU. O DOCUMENTO GERADO PELO ÓRGÃO ATESTA QUE O PROFISSIONAL FEZ O SERVIÇO. PORÉM EXISTE DECISÃO DO ORGÃO COLEGIADO PARA ISENÇÃO A PROPRIETÁRIOS DE IMOVEIS MENORES QUE 4 MODULOS FISCAIS PARA ELABORAÇÃO DO CAR. OCORRE QUE A EMATER NÃO TEM ATUALIZADO BANCO DE DADOS DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ESSA ATIVIDADE. O CREA JÁ ESTÁ DILIGENCIANDO JUNTO A EMATER PARA ATUALIZAR ESSE BANCO DE DADOS, POR MEIO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. E TAMBEM É NECESSÁRIO CONVERSAR COM A FAMEP.

MYRIAM CARDOSO – UFPA - SUGERIU A INCLUSÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA PARA ACOMPANHAR E AUXILIAR NESSE DEBATE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL, ESPECIALMENTE NAS ÁREAS URBANAS E ÁREAS DE TRANSIÇÃO ENTRE URBANO E RURAL. AINDA, ATRAVÉS DO PROGRAMA REDE AMAZONIA, A UFPA REALIZOU UMA TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM TECNOLOGIAS APLICADAS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NA QUAL SE FORMARAM 39 PROFISSIONAIS, ALÉM DA RESIDÊNCIA CLÍNICA QUE ELES DESENVOLVEM EM FOMENTO A ESSE CAMPO DE ATUAÇÃO. TAMBÉM NO CAU, JÁ EXISTE A RRT SOCIAL QUE É APLICADA A PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL NO MEIO URBANO. E QUE A CLINICA DE DIREITO A CIDADE TAMBÉM ESTÁ EM TRATATIVAS DE FORMALIZAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O CONSELHO DE ARQUITETURA NACIONAL – CAU-BR E EXISTE UMA ATUAÇÃO CONJUNTA COM O CAU/PA E O CAU/AP EM ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE PROFISSIONAIS DESSA ÁREA, FAZENDO EXPERIENCIAS DE FORMAÇÃO QUANTO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM MEIO URBANO.

LULLY – UFPA –GOSTARIA DE COMPLEMENTAR QUE COMO SE ESTÁ FALANDO NUMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

FUNDIÁRIA, EXISTEM ALTERNATIVAS A NÍVEL LEGISLATIVO. A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA, PARA A REURB, PARA SERVIDORES (AQUELES QUE TRABALHAM EM ÓRGÃOS PÚBLICOS COMO O ITERPA OU PREFEITURAS), É DISPENSADA A RRT E HÁ SUBSTITUIÇÃO POR UMA PORTARIA. ENTÃO EXISTE A POSSIBILIDADE DE ALÉM DE UMA COOPERAÇÃO TÉCNICA, UMA MUDANÇA NORMATIVA PARA TORNAR O PROCESSO MAIS SIMPLES, A EXEMPLO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. SE HOVER UMA DEMANDA QUE NÃO É TOTALMENTE ATENDIDA POR ESSAS MODIFICAÇÕES DE ACORDO, HÁ A UTILIZAÇÃO DE UM INSTRUMENTO SIMILAR A ESTE.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – PODEMOS PROPOR UMA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA.

MYRIAM CARDOSO – MAIS UMA QUESTÃO: NESSES CASOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO, HÁ UM LIMITE DE ATENDIMENTOS DE ATÉ 100 DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR PROFISSIONAL NA DEMARCAÇÃO, ELES SÃO INCLUÍDOS NESSA MESMA RRT SOCIAL E NO CASO DOS GRANDES PROJETOS DO SETOR PÚBLICO, É FEITO O REGISTRO ENGLOBALANDO TODAS AS ÁREAS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADAS E TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS SAEM SOB ESSE MESMO REGISTRO FEITO JUNTO AO ÓRGÃO. COMO EXEMPLO, CITOU O PROJETO QUE ESTÁ TRABALHANDO O PROJETO REDE AMAZÔNIA EM QUE UMA RRT FOI FEITA PARA 20 MIL DOMICÍLIOS E TODAS AS PEÇAS TÉCNICAS FORAM EMITIDAS A PARTIR DESSE REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. CHEGARAM A 17 PROJETOS DE PARCELAMENTO COM CERCA DE MIL LOTES CADA UM E TODOS COM SEU REGISTRO RECONHECIDO.

GIROLAMO - FETAGRI – CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR ESTA REGULARIDADE, É BOM RECONHECER OS PASSOS QUE ESTÃO SENDO DADOS, MAS POR OUTRO LADO, SUGERIU UMA CELERIDADE NA DISCUSSÃO, EM RAZÃO DO IMPACTO NOS TRABALHADORES.

MARCOS SOLANO – FAEPA – ESTE GRUPO ESTÁ DISCUTINDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MAS SUPRENDE QUE SE ESTEJA DISCUTINDO AQUI A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (CAR). A QUESTÃO FUNDIÁRIA PREPONDERA SOBRE A DISCUSSÃO AMBIENTAL, SÃO SITUAÇÕES DIFERENTES (PROCESSOS E LEGISLAÇÃO). ENTENDE QUE SE DEVE RESTRINGIR A DISCUSSÃO À QUESTÃO FUNDIÁRIA E ACHA QUE A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL É CONSEQUÊNCIA DA FUNDIÁRIA

DES JOSÉ ROBERTO – A INFORMAÇÃO QUE NÓS TEMOS É QUE O ESTADO DO PARÁ ESTÁ AVANÇANDO NA QUESTÃO

DA IMPLEMENTAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL, INCLUSIVE A NIVEL TECNOLÓGICO, E ONDE FOR CONSTATADO VIOLAÇÃO AO MEIO AMBIENTE, A PESSOA EM NOME DE QUEM ESTIVER REGISTRADA A PROPRIEDADE SERÁ AUTUADA. POR ISSO, AS DUAS QUESTÕES ESTÃO UMBILICALMENTE LIGADAS. A REGULARIZAÇÃO VAI INDICAR O RESPONSÁVEL PELA ÁREA.

MARCOS SOLANO - FAEPA - A REGULARIZAÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NÃO SE INICIA SEM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. E NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, EXISTE TODAS AS INFORMAÇÕES DOS BENEFICIADOS. ENTENDE QUE O CAR É UM CADASTRO QUE NÃO É O PREPONDERANTE, E QUE O MAIS IMPORTANTE É O FUNDIÁRIO. COMO O CAR É AUTODECLARATÓRIO, ELE PODE REGISTRÁ-LO, MAS ISSO NÃO SIGNIFICA QUE TERÁ O CAR LEGITIMADO.

BRUNO KONO - ITERPA – O ITERPA JÁ ESTÁ EM DISCUSSÃO COM O CREA PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO.

LUCIO GUERREIRO – 6º ITEM DA PAUTA

MYRZA TANDAYA - CRI – A ANOREG E A SEMAS CONVERSARAM SOBRE O ACESSO DO SEGUNDO NO SISTEMA ONR PARA ACESSO ÀS MATRÍCULAS. A SEMAS PODE PEDIR CERTIDÃO GRATUITAMENTE PELO SISTEMA, DISPONIBILIZADA EM ATÉ 4 HORAS. SÓ QUE ESSA CONSULTA NÃO BASTA À SEMAS, QUE NÃO QUER FAZER PEDIDO INDIVIDUAL, ELA QUER ROBOTIZAR A INFORMAÇÃO. PARA ROBOTIZAR, A ANOREG PRECISA SABER QUAIS OS LINKS DE REFERÊNCIA QUE A SEMAS TINHA DISPONIVEL PARA CONVERSAR COM A ONR. OCORRE QUE O SEMAS NÃO POSSUI PADRONIZAÇÃO DO REQUERIMENTO, CADA REQUERENTE PODE APRESENTAR DOCUMENTOS DIFERENTES. ASSIM, A EQUIPE DE TI DO SEMAS FICOU DE TRABALHAR NA PADRONIZAÇÃO, PORQUE, SEM ESTA, É IMPOSSIVEL ROBOTIZAR. ATÉ O MOMENTO, NÃO HOUE RETORNO.

INDARA - SEMAS – NÃO PARTICIPOU DAS REUNIÕES ANTERIORES E A DEMANDA NÃO LHE FOI REPASSADA. MAS ANOTOU A DEMANDA TRATADA PARA QUE ISSO SEJA VERIFICADO. INFORMA QUE A SEMAS ESTÁ PASSANDO POR UMA ATUALIZAÇÃO DIGITAL NOS SEUS SISTEMAS, TANTO NO CAR, COMO NA CONSTRUÇÃO DE OUTROS QUE VISAM INTEGRAR TODAS AS INFORMAÇÕES DO ESTADO PARA FINS DE GOVERNANÇA, TANTO NAS AGENDAS JÁ EXISTENTES DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL, QUANTO PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS. PARA ISSO, É NECESSÁRIA A INTEGRAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS. ESPECIFICAMENTE SOBRE O CAR, O ÓRGÃO RECEBE UMA INFINIDADE DE DOCUMENTOS QUE PRECISAM SER

INVESTIGADOS, O QUE DIFICULTA UMA PADRONIZAÇÃO. VAI VERIFICAR COMO ESSA DEMANDA ESTÁ SENDO TRATADA NA SECRETARIA. **(NOVA REUNIÃO)**

LUCIO GUERREIRO – RESOLUÇÃO DO ITEM 6 FICA PENDENTE PARA A PRÓXIMA REUNIÃO. 7º ITEM

BRUNO KONO – NO SIGEF, É NECESSÁRIA A INCLUSÃO DE MATRÍCULAS GEORREFERENCIADAS. ESTÁ EM DESENVOLVIMENTO UM TRABALHO PARA APURAR O CUSTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARÁ. ACREDITA QUE ATÉ O FIM DO ANO JÁ ESTARÁ PRONTO. JÁ HÁ UMA ESTIMATIVA DE CUSTOS DE GEORREFERENCIAMENTO, DE R\$ 600.000.000,00 PARA GEORREFERENCIAR O ESTADO INTEIRO. COLOCOU-SE À DISPOSIÇÃO PARA FAZER APRESENTAÇÃO QUANDO ESTIVER TUDO CONSOLIDADO. POR OUTRO LADO, DIANTE DESSE CENÁRIO, TAMBÉM JÁ ESTÁ CONVERSANDO COM O INCRA BRASÍLIA, PARA INCLUSÃO DOS DADOS QUE JÁ POSSUEM, QUE TECNICAMENTE ESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DE ARRECADAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS, PARA QUE SEJAM INSERIDAS DIRETAMENTE NO SIGEF. FINANCEIRAMENTE, GEORREFERENCIAR AS GLEBAS, É INVIÁVEL. O COMPROMISSO, PERANTE ESTE GRUPO, É IR ATUALIZANDO CONFORME O ANDAMENTO DOS TRABALHOS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – JÁ EXISTEM MUITAS GLEBAS GEORREFERENCIADAS NO SIGEF?

BRUNO KONO – ITERPA – AS FEDERAIS, SIM, AS ESTADUAIS, NÃO PORQUE NÃO ESTÃO GEORREFERENCIADAS. MAS ESTAS ESTÃO INCLUÍDAS NOS TERMO DE COOPERAÇÃO COM A ONR. ENTÃO, ESTÃO SENDO ALIMENTADAS NA ONR SEMPRE QUE SE GEORREFERENCIA. O QUE NÃO SE VINHA ADOTANDO, ATÉ ESTE MOMENTO, É O UPLOAD DAS INFORMAÇÕES AO SIGEF EM RAZÃO DO POSICIONAMENTO DO GESTOR DO SISTEMA, QUE É O INCRA. AGORA, OS DIÁLOGOS JÁ ESTÃO AVANÇANDO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – APENAS PARA O GRUPO ENTENDER: O QUE SE TEM DE GLEBAS GEORREFERENCIADAS, JÁ ESTÁ NO MAPA (ONR), MAS NÃO NO SIGEF?

BRUNO KONO – ITERPA – SIM. ENTÃO O ENCAMINHAMENTO DE QUE AS REGRAS DE ARRECADAÇÃO SUMÁRIAS DAS TERRAS QUE SÃO ACEITAS PELA ONR, TAMBÉM SEJAM ACEITAS PELO INCRA.

GIROLAMO – FETAGRI – GOSTARIA DE DESTACAR A IMPORTÂNCIA DESTES PONTOS, TANTO PARA O ITERPA, QUANTO PARA O INCRA. O ÚLTIMO DADO OFICIAL DISPONÍVEL PARA A AMAZÔNIA, DE 2016, FALAVA DE 56%

DE TERRAS CERTIFICADAS A NIVEL FEDERAL, OU SEJA, 44% DE TERRAS NÃO CERTIFICADAS. É PROVAVEL QUE, NOS ÚLTIMOS ANOS, ALGO A MAIS TENHA ACONTECIDO, MAS CONTINUA SENDO UM DESAFIO PARA O INCRA. NO QUE DIZ RESPEITO AO ITERPA, SÃO 22,5% DE TERRAS PUBLICAS ARRECADADAS. ISSO MOSTRA O DESAFIO QUE TEMOS. É LOUVAVEL RECONHECER O TRABALHO QUE A ATUAL ADMINISTRAÇÃO DO ITERPA ESTÁ FAZENDO, SEJA ARRECADANDO TERRAS, SEJA INCLUINDO AS INFORMAÇÕES NO SIGEF. PORQUE A AUSÊNCIA DE TERRAS NO SIGEF TEM UM EFEITO COLATERAL QUE É OS CARTÓRIOS NÃO SABEREM SE AQUELA TERRA PUBLICA ESTÁ INCIDINDO, OU ESTÁ SOBREPOSTA, A OUTROS REGISTROS. PORTANTO, SERIA INTERESSANTE AO ITERPA ESTABELECEER UM CRONOGRAMA PARA PODER VERIFICAR O QUE É MAIS FÁCIL. PROVAVELMENTE AS ÁREAS QUE SÃO INCORPORADAS NO PATRIMONIO PUBLICO MAIS RECENTEMENTE, TEM UM GEO QUE PODE NÃO SER O MESMO DO INCRA, MAS SOBRE O QUAL PODE SER DISCUTIDO ALGUM TIPO DE ACORDO PARA QUE POSSAM SUBIR DE FATO PARA DENTRO DO SIGEF. ASSIM, ESTABELECEER UM CRONOGRAMA QUE DIGA QUANTAS GLEBAS SERÃO INCORPORADAS, QUAL O PRAZO, PARA ESTA QUE É UMA OBRIGAÇÃO DESDE 2001, TANTO PARA IMOVEIS PARTICULARES QUANTO PARA PÚBLICOS.

BRUNO KONO – ITERPA - CONCORDOU. O ESTADO DO PARÁ JÁ ESTÁ TRABALHANDO NESSE DESAFIO E AVANÇANDO, INCLUSIVE COM AS INFORMAÇÕES DO DR GIROLAMO. ESTAMOS TODOS DO MESMO LADO DA MESA. MAS DEPENDE DE UM TERCEIRO FATOR. INFORMOU QUE CINCO TÉCNICOS VÃO À REGIÃO DO SUDESTE DO PARÁ, PARA AUXILIAR O PESSOAL DO INCRA PARA FAZER ESSA ATUALIZAÇÃO DE BASE, TIRANDO EXCESSOS, IDENTIFICANDO SOBREPOSIÇÕES, PARA QUALIFICAR AS INFORMAÇÕES E ENVIAR PARA SIGEF E ONR. VAI-SE QUALIFICAR AS INFORMAÇÕES DE TERRAS DA REGIÃO, IDENTIFICAR TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INCRA POSSUI, VER O QUE SOBROU PARA O ESTADO, PARA AVANÇAR NA CONTABILIDADE FUNDIÁRIA. A PROPOSTA PARA ANO QUE VEM É TRATAR DO OESTE DO PARÁ.

DES JOSE ROBERTO – PERGUNTOU AO ITERPA SOBRE DIÁLOGO COM A UFPA PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA QUE ELES AUXILIEM NO GEORREFERENCIAMENTO.

BRUNO KONO – ITERPA - INFORMOU QUE TODOS OS CANAIS PODEM SER ABERTOS PARA AVANÇO NA QUESTÃO

DES JOSE ROBERTO – INFORMOU SOBRE INICIATIVA SEMELHANTE EM OUTRO ESTADO, BEM-SUCEDIDO, INCLUSIVE PARA DIMINUIR O CUSTO DO GEORREFERENCIAMENTO.

BRUNO KONO – ITERPA – NÃO VÊ ÓBICE E PEDIU O MODELO ADOTADO NO ESTADO REFERENCIADO PELO DESEMBARGADOR PARA QUE ESTUDE E TOMA COMO BASE. ENTENDE QUE QUANTO MAIS OPÇÕES O ESTADO POSSUIR PARA REALIZAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, MELHOR PARA SE AVANÇAR NA PAUTA. NÃO VÊ ÓBICE À CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E ACHA SALUTAR A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM OUTROS ENTES PARA AVANÇAR, JÁ QUE O PROCEDIMENTO É CARO E LONGO. COLOCOU-SE À DISPOSIÇÃO PARA, NUMA NOVA REUNIÃO, DEMONSTRAR OS AVANÇOS JÁ VERIFICADOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO NO ESTADO E AVANÇOS EM TERMOS DE INOVAÇÃO NESSE SENTIDO.

MARCOS SOLANO – FAEPA – PARABENIZOU O AVANÇO DA INTERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES VINCULADAS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. PARABENIZOU O ITERPA. RESSALTOU QUE A UNIÃO DE ESFORÇOS TRARÁ GRANDES FRUTOS. COLOCOU-SE À DISPOSIÇÃO PARA CONVÊNIO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE CORPO TÉCNICO, ATRAVÉS DO SENAR. FORMANDO UMA TURMA, A FEDERAÇÃO PROMOVE CURSOS PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA AGIR NA ÁREA TÉCNICA. DISSE QUE A FEDERAÇÃO SEMPRE TEVE INTERESSE EM SABER OS VALORES PARA FAZER O GEORREFERENCIAMENTO, PARA EFEITO DE VIABILIDADE E PLANEJAMENTO A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO. CONSIDERA O VALOR APRESENTADO PELO ITERPA ASSUSTADOR E INVIÁVEL, O QUE JUSTIFICA O FUNDO AMAZONIA. ENTENDE NECESSÁRIO SABER QUANTO DO ORÇAMENTO ESTADO E UNIÃO ESTÃO DISPONIBILIZANDO PARA ISSO E ACHA QUE ESTA COMISSÃO PODERIA FORMALIZAR O PEDIDO DE INFORMAÇÕES, PARA VER SE AUMENTA O RECURSO DO ITERPA E INCRA. E PARA QUE SE TENHA UM PLANEJAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. E QUE O GRUPO DEVE TRABALHAR NA INDUÇÃO PARA QUE LEGISLATIVO E EXECUTIVO SE SENSIBILIZEM PARA A QUESTÃO.

BRUNO KONO – ITERPA – AINDA QUE OS VALORES SEJAM ALTOS, JÁ SE PERCEBEU QUE É MUITO MAIS CARO DEIXAR COMO ESTÁ. É MUITO MAIS CARO PERDER A OPORTUNIDADE, EM QUE FOI OLHADO PARA AMAZONIA. TODOS ESTAMOS AQUI POR UM ESFORÇO TAMBÉM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DO DESEMBARGADOR, DA PRESIDENTE, QUE É UM ELEMENTO PARA NOS UNIR E CONDUZIR NESTE PROCESSO. NÓS TEMOS UMA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM QUE PRECISA SER FEITA A ESTRUTURAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. O VALOR DO GEO É CARO, MAS É UM PROCEDIMENTO CARO. MAS ACREDITA QUE TEMOS A CAPACIDADE DE INOVAR E ENCONTRAR SOLUÇÕES. ESTAMOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO. A

MÉTRICA É NUMERO DE TITULOS, MAS, NA VERDADE, DEVEM HAVER DUAS PREOCUPAÇÕES: A MÉTRICA, PORQUE É PRECISO PROPORCIONAR O AUMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (NÃO APENAS O NÚMERO DE TITULOS, MAS TAMBEM DE ÁREAS REGULARIZADAS), E QUANTO ESTÁ ESTRUTURADO O NOSSO SERVIÇO PÚBLICO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, QUE VAI DESDE UM CADASTRO, ATÉ O REGISTRO DE IMÓVEIS, SEM DESCONSIDERAR O IMPACTO QUE TEM PARA O EQUIPAMENTO PÚBLICO. NO DIA DA AMAZÔNIA, FOI FIRMADO UM TERMO DE COOPERAÇÃO COM O ICM-BIO PARA TRATAR DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NAS QUAIS FORAM CRIADAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, MAS SÃO TERRAS DO ESTADO. ISSO VAI TER UM IMPACTO DE ÁREAS ARRECADADAS PARA O ESTADO, SEM CONFLITO COM ENTES DE OUTRAS INSTÂNCIAS. NESSAS ÁREAS TEM PESSOAS, COMUNIDADES ORIGINÁRIAS, QUE ESTAVAM AMARRADAS PELA FALTA DE REGULARIZAÇÃO. ENTÃO, O ITERPA TAMBEM TERA ESSA AGENDA REFERENTE ÀS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, QUE TRABALHARA O ASPECTO ESTRUTURANTE, MAS TAMBEM, A MÉTRICA DE REGULARIZAÇÃO.

(REGISTRADA CHEGADA DO REPRESENTANTE DA SPU)

LUCIO GUERREIRO – CGJ – 8º ITEM

BRUNO KONO – ITERPA - PEDIU ESCUSAS, MAS NÃO TEM A INFORMAÇÃO E GOSTARIA DE CONFIRMAR OS NUMEROS DE PROCESSOS INFORMADOS NA ATA, PARA LOCALIZÁ-LOS NO ITERPA. COMPROMETEU-SE A APRESENTAR A INFORMAÇÃO NA PROXIMA REUNIÃO.

ADRIANA - BREU BRANCO – CONFIRMOU QUE OS NÚMEROS INFORMADOS CORRESPONDEM A OFICIOS ENVIADOS AO ITERPA PELO MUNICÍPIO E ESCLARECEU OS DOCUMENTOS QUE FORAM ENVIADOS. MENCIONA QUE DEVE HAVER UMA REUNIÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O ITERPA, JÁ QUE AMBOS TEM ÁREAS EM COMUM PARA APURAR.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - SOLICITOU OS NÚMEROS DE PROTOCOLO NO ITERPA. 9º ITEM DA PAUTA

GEANLUCA – FAMEP – FOI FIRMADA PARCERIA COM O INSTITUTO URBE RECENTEMENTE, PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DOS MUNICÍPIOS. JÁ DEU INÍCIO AO PROJETO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO DOS MUNICÍPIOS QUE AINDA ESTÁ NO INÍCIO, MAS **QUE PRETENDE TRAZER UMA EXPOSIÇÃO DELE NA PRÓXIMA REUNIÃO. CONSISTE, EM SÍNTESE, EM UMA ESPÉCIE DE SEMINÁRIO/OFFICINA AOS MUNICÍPIOS, INCLUSIVE COM O CARATER DE MOBILIZA-LOS, INCLUSIVE EM SE APROFUNDAR NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. OUTRO PONTO, EM RELAÇÃO AO ITEM 5 DA PAUTA, FOI**

FORMALIZADO UMA PARCERIA COM O CLUBE DE ENGENHARIA, PARA ESTREITAR O DIÁLOGO E TRAZER PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - 10º ITEM DA PAUTA – CUMPRIDO. FOI CONVIDADO MEMBRO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES PARA A REUNIÃO, QUE NÃO FOI ATENDIDO. 11º ITEM.

LULLY – UFPA – FOI INICIADA TRATATIVA COM A CODEM E COM A SPU/PA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE UMA ÁREA DE BELEM REGISTRADA NO 2º OFÍCIO DE IMÓVEIS QUE CONTEMPLA 10 MIL PARCELAS (TERRA FIRME, PARTE DO MARCO, PARTE DO GUAMA, PARTE DE CANUDOS), E É O MAIOR ASSENTAMENTO INFORMAL QUE EXISTE NA CIDADE DE BELÉM. FOI ELABORADO UM TRABALHO CONJUNTO DE ELABORAÇÃO DE UM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SPU, CODEM E UFPA, JÁ QUE A ÁREA É DE PROPRIEDADE CONDOMINIAL DA UFPA (QUE CEDEU 50% DA SUA COTA-PARTE À SPU PARA REALIZAR OS TRABALHOS EM CONJUNTO), ENTÃO, ATUALMENTE EXISTE UM PROCEDIMENTO REGULAMENTADO PELA SPU, EM QUE É NECESSÁRIO A UFPA PEDIR A ANUÊNCIA DA SPU PARA RETOMADA DO TRABALHO DE TITULAÇÃO. É UMA ÁREA QUE POSSUI CARACTERÍSTICAS BEM ADENSADAS, NÃO APENAS PELA POPULAÇÃO, MAS PORQUE, DESDE 2016, HÁ REGISTRO DE PROJETO DE REURB NO 2º OFICIO DE IMOVEIS. UMA PARTE DESTA ÁREA FOI DESTINADA AO ITERPA PARA TITULAÇÃO, QUE FEZ A ENTREGA DE CERCA DE 900 TITULOS E ESSA ÁREA NÃO FAZ PARTE OFICIALMENTE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, MAS É UMA ÁREA LÍMITROFE. A UFPA ESTÁ NO AGUARDANDO DA MANIFESTAÇÃO DA SPU, QUE PRECISA FAZER AS TRATATIVAS NECESSÁRIAS EM BRASÍLIA PARA RETOMADA DA ATIVIDADE. A CODEM JÁ SE MANIFESTOU FAVORAVELMENTE. QUERIA FAZER O REGISTRO QUE, DENTRO DESSA ÁREA ESTÁ EM CURSO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO (SEOP), QUE SÃO OS PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO. EXISTE UM PROCESSO EM TRAMITAÇÃO, **NO 7º CEJUSC**, EM QUE ESTÁ-SE DISCUTINDO UM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO MAIS EXPEDITO DA ÁREA DA COMUNIDADE LAGO VERDE, QUE CONTEMPLA 1500 LOTES E 736 ÁREAS JÁ COM REGISTRO DE OCUPAÇÃO. ESSA ÁREA VAI SOFRER REMANEJAMENTO FORÇADO POR PARTE DA SEOP PARA IMPLANTAÇÃO DO CANAL DE MACRODRENAGEM E ESTÁ SENDO ESTUDADA, PELA AGU, A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO RECONHECIMENTO DECLARATÓRIO JUDICIAL DAS CONCESSÕES DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA, PARA QUE A POPULAÇÃO NÃO SEJA REMANEJADA APENAS COM O VALOR DA BENFEITORIA. APESAR DE ISSO NÃO CONSTAR EXPRESSAMENTE NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ESSES PROCEDIMENTOS ESTÃO TODOS FORMALIZADOS.

SE FOR DO INTERESSE DA CGJ, PODE ENCAMINHAR A NOTA TÉCNICA PARA A PROCURADORIA DA UFPA E POSSUI TODO O HISTÓRICO DISPONÍVEL E SISTEMATIZADO

VANDERSON – CODEM – A ÁREA MENCIONADA É TÃO IMPORTANTE, E A PREVISÃO É QUE NA ÁREA EXISTEM 10 MIL TÍTULOS. O CARTORIO DO 2º OFÍCIO JÁ ESTÁ CIENTE E SE COMPROMETEU A TRATAR COMO PRIORIDADE, POR SER ÁREA MUITO ADENSADA, COM POPULAÇÃO DE BAIXO PODER AQUISITIVO. E COM O AVANÇO DOS PROJETOS DE MACRODRENAGEM, CAUSA PREOCUPAÇÃO NA POPULAÇÃO ENVOLVIDA, QUE ESTÁ PEDINDO AJUDA À CODEM E À UFPA. JÁ HOUVE CONVERSAS COM A SPU E, NOS PRÓXIMOS MESES, DEVE SER FEITA REGULARIZAÇÃO DENTRO DE UMA ÁREA QUE NECESSITA.

MARCOS SOUZA – SPU – AGRADECEU OS ESFORÇOS DA CODEM E DA UFPA POR APONTAR SOLUÇÕES PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE BELÉM. MAS ACREDITA QUE A DISCUSSÃO QUE ESTÁ SE TENDO REFERENTE À ÁREA DA UFPA DEVE SER ESTENDIDA A BELÉM COM UM TODO, PORQUE BELÉM POSSUI UM PROBLEMA HISTÓRICO RELATIVO AO AVANÇO DA MARÉ NO PERÍMETRO URBANO QUE IMPACTA NA TITULAÇÃO DAS ÁREAS PARA A POPULAÇÃO. HOUVE REUNIÕES COM A CODEM HÁ CERCA DE 15 DIAS E SE INICIARAM AS TRATATIVAS PARA RESOLVER A PRIMEIRA LÉGUA PATRIMONIAL DE BELÉM PORQUE ENTENDE QUE NÃO ADIANTA DISCUTIR, EM BELÉM, QUESTÕES PONTUAIS, EMBORA A QUESTÃO LEVANTADA PELA UFPA SEJA ENORME, EM DIMENSÃO. MAS QUER APROVEITAR O ESFORÇO. ACHA QUE NÃO É CONVENIENTE O PODER JUDICIÁRIO, NA AÇÃO QUE DISCUTE A LÉGUA PATRIMONIAL DE BELÉM, FICAR HOMOLOGANDO PEQUENOS ACORDOS, QUE É A PROPOSTA DA UFPA, QUE ENTENDE VÁLIDA. ACREDITA QUE A SOLUÇÃO QUE DEVE SER PACTUADA PARA TODO O PROBLEMA DA PRIMEIRA LEGUA PATRIMONIAL E ARQUIVASSE O PROCESSO JUDICIAL COM HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO ENVOLVENDO TODAS AS PARTES ENVOLVIDAS. NA EXECUÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ACORDO, SERIAM PRIORIZADAS ÁREAS COM MAIOR FACILIDADE. POR EXEMPLO, A ÁREA DA UFPA ESTÁ COM O CADASTRO AVANÇADO E PODE SER A PRIMEIRA ETAPA DA EXECUÇÃO DESSE ACORDO. MAS ESSE ACORDO RESOLVERIA, DE UMA VEZ, REGISTROS PÚBLICOS, DECISÃO DA CGJ QUE TRAVOU AS TRANSFERÊNCIAS. PARA ELE, NÃO IMPORTA QUEM É O TITULAR DA ÁREA, QUEM É O DONO É QUEM MORA NELA E ESSA PESSOA PRECISA RECEBER SEGURANÇA JURÍDICA. SUGERE QUE DEVE SER ENCONTRADA UMA SOLUÇÃO CONJUNTA PARA TUDO, PORQUE NÃO É JUSTO PRIORIZAR ÁREAS EM RELAÇÃO A OUTRAS, PARA RESOLVER O PROBLEMA DA POPULAÇÃO. A AÇÃO JUDICIAL ESTÁ PARALISADA DESDE 2010. ESSE É O PRIMEIRO PONTO GERAL. A QUESTÃO JÁ ESTÁ EM

ANDAMENTO COM A CODEM, COM PRAZO DE FINALIZAÇÃO EM OUTUBRO E, SE NÃO CONSEGUIR, RESOLVERIA O ACT ESPECÍFICO. ENTÃO, A PROPOSTA É TER 30 DIAS PARA FINALIZAR ESSA NEGOCIAÇÃO AMPLA E AÍ A ÁREA DA UFPA SERIA A PRIMEIRA ÁREA DE EXECUÇÃO, COM A HOMOLOGAÇÃO RESPECTIVA NA AÇÃO JUDICIAL. POSTERIORMENTE, SPU E CODEM DEFINIRIA CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DAS OUTRAS ÁREAS. SE NÃO HOVER AMBIENTE, APÓS 30 DIAS FECHA A NEGOCIAÇÃO DA ÁREA ESPECÍFICA, APENAS PARA A ÁREA DA UFPA.

DES JOSE ROBERTO – VAMOS COLHER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ISSO. A AÇÃO É DA JUSTIÇA FEDERAL? PARA VER SE É POSSÍVEL CELEBRAR UMA COOPERAÇÃO COM A JUSTIÇA FEDERAL E CONSEGUIR AVANÇAR NESSE SENTIDO.

MARCOS SOUZA – SPU – SIM, QUANDO TOMOU POSSE, TOMOU A INICIATIVA DE APROFUNDAR NESSE DEBATE. O PROCESSO ESTÁ NO TRF E O RELATOR ESTÁ DISPONÍVEL PARA FAZER A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. NA NEGOCIAÇÃO FICOU ACORDADO QUE OS TÉCNICOS DA SPU E DA CODEM INICIAREM AS TRATATIVAS TÉCNICAS PARA INICIAR A POLIGONAL DA NEGOCIAÇÃO.

LULLY FISCHER – UFPA – ESTAMOS FALANDO DE UMA ÁREA MUITO GRANDE A NÍVEL QUANTITATIVO, UMA ÁREA MUITO ADENSADA. FOI MENCIONADO 10 MIL TÍTULOS QUE, EM TESE, EQUIVALEM A 10 MIL CASAS, MAS QUE O NÍVEL DE ADENSAMENTO DESSES IMÓVEIS É MUITO SIGNIFICATIVO. ENTÃO ACREDITA QUE ESSE NÚMERO PODE SER MULTIPLICADO POR TRÊS. UM DOS OBJETIVOS DESSA TRATATIVA É REDUZIR A JUDICIALIZAÇÃO. ESSA ÁREA, HISTORICAMENTE, VEM SOFRENDO COM PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO. SE ISSO NÃO CORRER COM CERTA CELERIDADE, APENAS NA ÁREA DO LAGO VERDE, SERÃO GERADOS 1500 PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DE DIREITO REAL. AINDA QUE A TEMÁTICA DA RESOLUÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA E ACRESCIDOS SEJA MUITO CARA, SE A IDEIA É DIMINUIR A QUANTIDADE DE LITÍGIOS RECEBIDOS PELO JUDICIÁRIO, TALVEZ O PRAZO MENCIONADO NÃO ALCANCE A FINALIDADE PROPOSTA, DADO O AVANÇO DAS OBRAS DO GOVERNO DO ESTADO. ATÉ PORQUE O PROCEDIMENTO DE ACORDO COLETIVO JÁ INICIOU NO ÂMBITO PRÉ-PROCESSUAL. ELE VAI SER INICIADO CONFORME ESTÁ SENDO FEITO PELO 7º CEJUSC NO ÂMBITO ESTADUAL, MAS A HOMOLOGAÇÃO DEVE SER FEITA PELA JUSTIÇA FEDERAL EM RAZÃO DA DOMINIALIDADE FUNDIÁRIA. ENTÃO JÁ EXISTE UM PROTO PROCESSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DENTRO DAS DIRETRIZES DO CNJ. ÚLTIMO ESCLARECIMENTO: ESSA ÁREA DA UNIVERSIDADE FEDERAL, QUE É MUITO GRANDE, É UM PRÓPRIO NACIONAL, OU SEJA, NÃO FOI INTERNALIZADA COMO PATRIMÔNIO DA UNIÃO POR CAUSA

DA DEMARCAÇÃO DO TERRENO DE MARINHA E ACRESCIDOS. ELA FOI DESAPROPRIADA PELA UNIÃO, AINDA NA EXISTÊNCIA DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE, PORTANTO, TEM MATRÍCULA ESPECÍFICA, DECORRENTE DE UM PROCESSO EXPROPRIATORIO, NO QUAL CONSTA QUE EXISTE UMA DEMARCAÇÃO DE TERRENO DE MARINHA APENAS DE 30 METROS E FOI O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA 1ª LEGUA QUE GEROU A OBRIGAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DE EVENTUAL ACORDO PARA ASSEGURAR QUE, NO FUTURO, NÃO HAJA NECESSIDADE DE REDESCUTIR A TITULAÇÃO E NÃO CAUSE INSEGURANÇA FUNDIÁRIA. NÃO VÊ PROBLEMA DE INICIAR O PROCESSO DE TITULAÇÃO CONSIDERANDO TODOS ESSES ASPECTOS E DEIXAR, PARA UM SEGUNDO MOMENTO, A HOMOLOGAÇÃO DOS ACORDOS, O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO NÃO É CELERE, ENTÃO SE SE INICIAR AGORA, DEMORARÁ 3 A 4 MESES PARA SER TITULADO, ENTÃO É O TEMPO PARA FAZER UMA NEGOCIAÇÃO MAIS AMPLA E INCLUIR A ÁREA NO BOJO. PREOCUPA-SE QUE A DESJUDICIALIZAÇÃO SEJA UM DADO NEGATIVO PARA A POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. E A DEMORA REPRESENTA A PERDA DE PELO MENOS 3 ANOS DE TRABALHO DE CADASTRAMENTO. SE ISSO ENTRA NAS VARAS DE FORMA DESARTICULADA, PERDE-SE TOTALMENTE O CONTROLE, INCLUSIVE DE QUANTOS PROCESSOS FORAM DEFERIDOS. SERIA PERDIDA A BASE DE DADOS DA ÁREA QUE TEM SIDO MANTIDA E ATUALIZADA PELA UFPA, SERIA REFAZER O GEORREFERENCIAMENTO DE 10 MIL UNIDADES. DEVE HAVER CONJUGAÇÃO DE INTERESSES DO ESTADO DO PARÁ, UFPA, E AS TRATATIVAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

MARCOS SOUZA – SPU – SE DE FATO NÃO PRECISASSE DE HOMOLOGAÇÃO MO PROCESSO JUDICIAL, NÃO VERIA PROBLEMA, JÁ QUE TEM MATRICULA, O PROCESSO DA 1ª LEGUA NÃO PRECISA ENVIAR PARA HOMOLOGAÇÃO.

LULLY FISCHER - UFPA – QUEM ESTABELECEU A OBRIGATORIEDADE FOI A LEI 13465. A PARTIR DO MOMENTO QUE A SPU REDEMARCA A ÁREA, PODE DEFINI-LA COMO PRÓPRIO NACIONAL OU TERRENO DE MARINHA, O PROCEDIMENTO É DECLARATÓRIO. QUEM CRIOU A NECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO, NO CASO DA TERRA FIRME, FOI A PRÓPRIA DEMARCAÇÃO FEITA PELA SPU.

MARCOS SOUZA – SPU – POR CAUSA DOS PROBLEMAS QUE OCORRERAM AO LONGO DO TEMPO, INSISTE NO ARGUMENTO QUE DEVE HAVER AVANÇO NA DISCUSSÃO SOBRE A PRIMEIRA LÉGUA PATRIMONIAL, COLOCANDO A UFPA COMO PRIORIDADE. COMO SUPERINTENDENTE REGIONAL, TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELA ARRECADAÇÃO. QUE DEVE SER RESOLVIDO DE FORMA

SÉRIA E DEFINITIVA O PROBLEMA GERAL E QUE IMPACTARA NA TITULAÇÃO DA POPULAÇÃO, DEFINIR POLIGONAIS, ATORES, SEM FOCAR APENAS EM PROBLEMAS PONTUAIS, BUSCANDO A CELERIDADE. NÃO DISCORDA DA URGÊNCIA DO PROBLEMA RELATADO PELA UFPA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO JÁ REALIZADO.

VANDERSON – CODEM – ENTENDE A IMPORTANCIA DAS DUAS PAUTAS. E ENTENDE QUE É IMPORTANTE O MANTER DIÁLOGO COM A JUSTIÇA FEDERAL E MPF PARA RESOLVER A QUESTÃO JUDICIAL QUE ESTÁ OBSTACULIZANDO. ENTENDE QUE NÃO DÁ PARA RESOLVER TUDO DE UMA VEZ SÓ E SUGERIU UMA REUNIÃO EM APARTADO COM OS ATORES ENVOLVIDOS E QUE FOSSE CELEBRADO UM TERMO DE COMPROMISSO ENTRE ELAS, COMO ELEMENTO PARA FECHAR ACORDO E TODOS FAZEREM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE FORMA SEGURA. EXISTE URGÊNCIA, MAS EXISTE LIMITAÇÃO TÉCNICA. NÃO É POSSIVEL EM UM MÊS OU MENOS, FECHAR A POLIGONAL. POR OUTRO LADO, ESSE PERÍODO DE UM MÊS SE MOSTRA NECESSÁRIO PARA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA POSTO PELA PROF LULLY, QUE É URGENTE. O TERMO ACIMA PROPOSTO SERVE DE EXEMPLO PARA O ACORDO JUDICIAL FUTURO.

MYRIAM – UFPA – REFORÇA QUE, NESSA IDÉIA DE DEFINIR A 1ª LEGUA PATRIMONIAL, DEVE-SE PENSAR QUE A SEGURANÇA JURÍDICA É IMPORTANTE, MAS NA AMAZONIA, A SEGURANÇA URBANÍSTICA E AMBIENTAL TAMBEM SÃO E FAZ QUE TENHA QUE SE PENSAR NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA ALÉM DA TITULAÇÃO. É UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA. É NECESSÁRIA A ARTICULAÇÃO ENTRE DIVERSOS ENTES ENVOLVIDOS. SOBRETUDO, AQUI SE FALAM DE PESSOAS. HÁ 30 ANOS ACOMPANHA ESSA DISCUSSÃO FUNDIÁRIA NA AMAZONIA, SENDO HÁ 15 PELA UFPA. EM RELAÇÃO AO PRAZO DE 30 DIAS, SERIA ÓTIMO, MAS, NÃO CONSEGUINDO NESSE PRAZO, GOSTARIA DE SABER QUAL A RESPOSTA QUE SE DÁ À COMUNIDADE DO LAGO VERDE, AMEAÇADA DE REMANEJAMENTO.

(REGISTRADA A SAÍDA DO REPRESENTANTE DO ITERPA)

MARCOS SOLANO – FAEPA – ENTENDE QUE DEVE SER FIXADO PRAZO RAZOÁVEL PARA RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS DO BAIRRO DA TERRA FIRME.

DES JOSE ROBERTO - O MÉRITO DESSE GRUPO É ESTABELECE O DIÁLOGO. O PROBLEMA JÁ EXISTE E É MUITO ANTIGO. E QUE O PROBLEMA DA TERRA FIRME É UM PEDAÇO GRANDE DO QUEBRA-CABEÇA QUE É A DEFINIÇÃO DA LÉGUA PATRIMONIAL. SE NÃO É POSSIVEL RESOLVER A LÉGUA COMO UM TODO, DEVE-SE IR MONTANDO PARTE POR PARTE DESSE QUEBRA CABEÇA. QUESTIONA SE É

POSSÍVEL FIXAR PRAZO DE 30 DIAS PARA AVANÇAR NA DISCUSSÃO.

DAVID BASTOS – JUIZ DE DIREITO – ACREDITA QUE O QUE SE CONFIGURA AQUI É UM CASO DE PROCESSO ESTRUTURAL. A POPULAÇÃO DA TERRA FIRME É UMA POPULAÇÃO DE VULNERÁVEIS. VERIFICA A POSSIBILIDADE DE UM APRAZAMENTO DE 30 DIAS PARA QUE AS PROVIDÊNCIAS A CARGO DA SPU SEJAM TOMADAS, JÁ QUE JÁ EXISTE UMA ORDEM DE DESOCUPAÇÃO.

MARCOS SOUZA – SPU – PRECISA SABER SOBRE O INTERESSE DOS DEMAIS AGENTES DA PACTUAÇÃO EM RESOLVER A PRIMEIRA LÉGUA. A PROPOSTA É USAR OS 30 DIAS PARA RESOLVER A TRATATIVA DE FORMA AMPLA. JÁ INICIOU O DIÁLOGO COM A CODEM. EM SUA OPINIÃO, NÃO É VIAVEL RESOLVER O PROBLEMA POR PARTES. NÃO ADIANTA PROMETER UMA SITUAÇÃO NA QUAL ENCONTRARÁ ENTRAVES NA AGU. ACREDITA QUE O PROBLEMA QUE SE VERIFICA HOJE DECORRE DE GESTÕES ANTERIORES QUE NÃO RESOLVERAM PROBLEMAS COMO UM TODO E QUE APENAS EMITIRAM TÍTULOS PRECÁRIOS. ENTÃO, ENTENDE QUE DEVE SER CELEBRADO UM ACORDO AMPLO, COLOCANDO A TERRA FIRME COMO PRIMEIRA FASE DE EXECUÇÃO. SE HOVER INTERESSE DE TODOS, ESSE ACORDO CONCLUI. PORQUE A CODEM JÁ POSSUI A COMPREENSÃO DO QUE É DELA, IDEM EM RELAÇÃO À SPU, DEVE-SE PACTUAR, APENAS, COMO VAI SE DAR AS EXECUÇÕES. ENQUANTO INSTITUIÇÃO, PRECISA RESOLVER GARGALOS DA SUA ATUAÇÃO QUE ESTÃO SENDO TRAVADAS EM RAZÃO DA AÇÃO JUDICIAL. ENTÃO, A PACTUAÇÃO SERVE PARA RESOLVER O PROBLEMA DE TODO MUNDO. A PROPOSTA É, NA PROXIMA REUNIÃO, JÁ TRAZER UMA RESPOSTA, CONTENDO PROPOSTA PARA RESOLVER A 1ª LEGUA. MAS PARA ISSO, PRECISA DO COMPROMISSO PÚBLICO.

DAVID BASTOS – A PROPOSTA É RESOLVER EM CASCATA. PERGUNTA SE É VIAVEL ESTABELECEER PLANO DE TRABALHO ESCALONADO COM VÁRIAS FASES, A COMEÇAR PELA TERRA FIRME, CRESCENDO DE FORMA PAULATINA

MARCOS SOUZA – SPU - SIM, DESDE QUE SE HOMOLOGUE O ACORDO PARA RESOLVER A 1ª LÉGUA PATRIMONIAL. RESOLVIDO ISSO, COMEÇA A EXECUÇÃO PELA UFPA.

MYRIAM CARDOSO – UFPA - PERGUNTA O QUE FAZER COM A POPULAÇÃO QUE ESTÁ COM RISCO DE SEREM REMANEJADOS, APROXIMADAMENTE 500 LOTES NA ÁREA DE INTERFERÊNCIA DIRETA, SENDO QUE O VALOR DE AVALIAÇÃO DE CERCA DE R\$ 2800,00 A R\$ 6.000,00, JÁ QUE NÃO LEVA EM CONSIDERAÇÃO O VALOR DA TERRA. AS PESSOAS AGUARDAM RESPOSTA PORQUE O ESTADO JÁ RESPONDEU FAVORAVELMENTE A CONSIDERAR AS

CONCESSÕES DE USO EMITIDAS PELA UFPA/SPU E POR ISSO SERIA DISPENSÁVEL O TERMO DE COOPERAÇÃO COM A CODEM. SEU RECEIO É QUE, DAQUI A 30 DIAS, OS IMOVEIS JÁ NÃO EXISTAM MAIS. O RECEIO É QUE O ATRASO NA RESPOSTA GOVERNAMENTAL AFETE A POPULAÇÃO. PERGUNTA SE EXISTE PROPOSTA.

MARCOS SOLANO – FAEPA – O REMANEJAMENTO TEM A VER COM O PROJETO DE MACRODRENAGEM QUE ENVOLVE OUTROS ÓRGÃOS, QUE PODEM SER TRAZIDOS À DISCUSSÃO.

MARCOS SOUZA – SPU – ACHA QUE A QUESTÃO DA DESAPROPRIAÇÃO PODE SER RESOLVIDA NO AMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE VERSA SOBRE O ASSUNTO, COM A SEOP E A SEASTER, PARA DEFINIÇÃO DE UM INSTRUMENTO ADEQUADO PARA DEFINIR VALOR DE INDENIZAÇÃO. COLOCOU À SPU A DISPOSIÇÃO. EMBORA O TEMA COLOCADO SEJA RELACIONADO AO OBJETO DESTA REUNIÃO, FICA DISSOCIADO PORQUE PODE SER TRATADA NO AMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO PARA A PROXIMA REUNIÃO: SPU E CODEM DEVEM APRESENTAR PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO PARA A 1ª LÉGUA PATRIMONIAL DE BELEM.

VANDERSOM – CODEM – ADERE A PROPOSTA DA SPU, MAS REQUER UMA REUNIÃO PARALELA COM A JUSTIÇA FEDERAL, PARA CELEBRAÇÃO DO ACT.

MARCOS SOUZA – MAS QUE AS DISCUSSÕES PARA TRAÇAR A POLIGONAL JÁ PODEM AVANÇAR. DELIBERAÇÃO: MARCAR REUNIÃO COM A JUSTIÇA FEDERAL SOBRE A AÇÃO JUDICIAL QUE IMPEDE A REGULAMENTAÇÃO.

LUCIO GUERREIRO – 12º ITEM, JÁ DEBATIDO. RETOMANDO O 2º ITEM DA PAUTA, CORRELATO

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – MANTEVE CONTATO COM A SPU, QUE SE COLOCOU À DISPOSIÇÃO. ESTÁ AGUARDANDO A FINALIZAÇÃO DO PROJETO PARA APRESENTÁ-LO. FICOU DE PASSAR UMA PREVISÃO SOBRE ELE.

LUCIO GUERREIRO – 3º ITEM DA PAUTA

MARCOS SOUZA – SPU – EXISTE O PROJETO SPU QUE VISA DEMARCAR E O ESTADO DO O PARÁ ENTROU NAS PRIORIDADES DA SPU NACIONAL. O PRAZO, COM PRAZO DE FINALIZAÇÃO PARA NOVEMBRO DE 2024, E SÃO NECESSÁRIAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS PARA COLHER AS DEMANDAS E MAPEAR OS CONFLITOS EXISTENTES NAS ÁREAS DE INTERESSA DA UNIÃO. ASSIM, FOI RECONSTITUÍDA A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO. HOJE FORAM PUBLICADAS OS PRIMEIROS EDITAIS, COM

PREVISÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SANTARÉM (26.10) E ITAITUBA (28.10), REUNINDO MUNICÍPIOS DA REGIÃO POR POLOS, PRESENCIAL E REMOTO. SPU VAI ENCAMINHAR POR E-MAIL O CRONOGRAMA (2H23 DA GRAVAÇÃO). APÓS, SEGUE-SE O TRABALHO DA EQUIPE TÉCNICA QUE ESTIMA PRECISAR DE 8 MESES PARA FINALIZAÇÃO.

GIROLAMO FETAGRI – GOSTARIA DE ENTENDER A DINÂMICA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA SPU. PONTUA O PROBLEMA DA FALTA DE INCORPORAÇÃO DAS TERRAS DA UNIÃO EM CARTÓRIO. PERGUNTOU O PRAZO PARA REGISTRAR EM CARTÓRIOS DE IMÓVEIS AS ÁREAS DEMARCADAS.

MARCOS SOUZA – SPU - O PROCESSO DE CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO ENGLIBA VÁRIAS ETAPAS: PRIMEIRO A DEMARCAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO, QUE COMPOE A CARACTERIZAÇÃO E, APÓS ISSO, CERTAMENTE A INTENÇÃO DA APU É FAZER O REGISTRO. HOJE EM DIA, EXISTE PROBLEMA NA DISCUSSÃO DA PEC DOS TERRENOS DE MARINHA JUSTAMENTE PELA FALTA DE REGISTRO. A PREVISÃO É DE DEMARCAÇÃO ATÉ NOVEMBRO/2024, POSTERIORMENTE, O REGISTRO, PARA O QUAL AINDA NÃO SE TEM CRONOGRAMA.

MARCOS SOLANO – FAEPA – TAMBÉM TEM PREOCUPAÇÃO SOBRE A DELIMITAÇÃO DA LINHA DO PREAMAR MÉDIO DE 1831. HOVE TRÊS ANOS DE DISCUSSÃO SOBRE A DOMINIALIDADE DE TERRAS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ. UMA DAS INDAGAÇÕES ERA COMO LIMITAR A LINHA DO PREAMAR MÉDIO DE 1831 EM 2023. QUAL A FUNDAMENTAÇÃO? ALÉM DISSO, FOI CONSTATADO, NA ÉPOCA, QUE O ÚNICO ESTADO CAPAZ DE FAZER ESSA DEMARCAÇÃO ERA O RIO DE JANEIRO, QUE TINHA O EQUIPAMENTO ADEQUADO. DE LÁ PRA CA, A GEOGRAFIA BRASILEIRA MUDOU. FICA A PROPOSTA DE UMA REUNIÃO PARA TRATAR SOBRE O ASSUNTO. INFORMA QUE TEM MATERIAL SOBRE O ASSUNTO. PERGUNTA TAMBÉM SOBRE O ORÇAMENTO DESSE TRABALHO.

MARCOS SOUZA - SPU – NÃO QUESTIONOU O ÓRGÃO CENTRAL SOBRE RECURSOS, PORQUE ISSO LHE FOI GARANTIDO E ELE NÃO É O ORDENADOR DE DESPESAS. EM RELAÇÃO À VERIFICAÇÃO TÉCNICA, O TRABALHO SE DARÁ COM TRABALHO DE CAMPO, O MATERIAL SERÁ APRESENTADO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. A COMISSÃO DE DEMARCAÇÃO DARÁ ESSAS RESPOSTAS. O MOMENTO PARA SE FAZER ESSAS INDAGAÇÕES É JUSTAMENTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. DE ACORDO COM A NORMATIVA, NÃO CONSEGUE TRAZER ELEMENTOS PARA O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO FORA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA. ENTENDE IMPORTANTE QUE OS ATORES PRESENTES PARTICIPEM

COM INFORMAÇÕES, CONTRIBUINDO PARA O DEBATE, DEMANDANDO ESSES PROBLEMAS. COMO O MOMENTO É DE COLETA DE INFORMAÇÕES, DEVE-SE ACELERAR O DEBATE.

MARCOS SOLANO – FAEPA - ENTENDE QUE A COMISSÃO DEVE TER CONHECIMENTO DAS QUESTÕES TÉCNICAS, DADA A RELEVANCIA DA EMPREITADA.

LUCIO GUERREIRO – ITEM 4º DA PAUTA – SPU X BREU BRANCO.

MARCOS SOUZA – SPU – UM DOS PROCESSOS QUESITONADOS (547/2023) TRATA DE PEDIDO DE CÓPIA DE UM OUTRO PROCESSO E O OUTRO, QUE TRATA SOBRE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, JÁ DETERMINOU A CELERIDADE DO PROCESSO. NOS PRÓXIMOS DIAS DEVE SER EXPEDIDA NOTA TÉCNICA

ADRIANA – BREU BRANCO – A SPU ESTEVE NO MUNICÍPIO, FEZ DEMARCAÇÕES NAS ILHAS, MAS NÃO FORNECEU INFORMAÇÕES AO MUNICÍPIO E A POPULAÇÃO ENVOLVIDA PEDE INFORMAÇÕES SOBRE O AVANÇO NA AUTORIZAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DA ÁREA, QUE É A DEMANDA ORIGINÁRIA DO PEDIDO. O PEDIDO DE CÓPIAS SE JUSTIFICA PARA SABER SE AS FAMILIAS RELACIONADAS AINDA SÃO AS MESMAS.

MARCOS SOUZA – SPU – A ÁREA VISITADA FICA PRÓXIMA À REGIÃO ALAGADA DA USINA?

ADRIANA – BREU BRANCO – É A PRÓPRIA REGIÃO ALAGADA

MARCOS SOUZA – SPU – ESSA REGIÃO É UMA DETERMINADA REGIAO EM VITORIA DO XINGU, GEROU A SUSPENSÃO DA EMISSÃO DE TALS NO ESTADO, POR BRASÍLIA. JÁ HÁ AVANÇO DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA PARA REABILITAÇÃO DESSE INSTRUMENTO.

ADRIANA – BREU BRANCO – PEDIU QUE FOSSE FORMALIZADO PARA DAR SATISFAÇÃO À POPULAÇÃO.

MARCOS SOUZA – SPU - PEDIU QUE FOSSE FORMALIZADO PARA QUE GERASSE UMA RESPOSTA COM O TEOR PRETENDIDO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 13, CUMPRIDO. ITEM 14, INFORMA QUE ESTÁ EM FASE DE INSTRUÇÃO NA CGJ, COM O PEDIDO DE INGRESSO DA ANOREG. ITEM 15, CUMPRIDO. ITEM 16, SUPERADO. ITEM 17, CUMPRIDO. QUESTÕES DE ORDEM: PARTICIPAÇÃO DA CLÍNICA DA UFGA. ELAS SE ENCONTRAM PRESENTES E FOI PEDIDA A INDICAÇÃO DE UM NOME DE REPRESENTANTE E UM SUPLENTE PARA EDIÇÃO DE PORTARIA. INFORMOU A TODOS SOBRE A

INTENÇÃO DE FORMALIZAR O GRUPO ATRAVÉS DE UMA PORTARIA, COM INDICAÇÃO DE NOMES DE TITULARES E SUPLENTE, DE FORMA A DIRECIONAR PROBLEMAS, FACILITAR CONTATO. SEGUNDA QUESTÃO DE ORDEM É A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, INTEGRANDO O PROJETO REGULARIZAR, PARA EMISSÃO DE TÍTULOS URBANOS E RURAIS.

RENAN – PARAGOMINAS – AGRADECEU O CONVITE. O MAIOR ENTRAVE DO MUNICÍPIO PARA REGULARIZAÇÃO É A QUESTÃO FUNDIÁRIA, QUE GERA OUTRO GARGALO QUE É A QUESTÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. O MAIOR PROBLEMA EM RELAÇÃO A ELAS REFERE-SE A ÁREAS DE ASSENTAMENTO, EM QUE PEQUENOS AGRICULTORES TEM A DIFICULDADE DE CONSEGUIR O TÍTULO DE SUA ÁREA, CONSEGUIR CRÉDITO EM BANCO, FAZER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E PRODUIR. NA GESTÃO PASSADA DO GOVERNO FEDERAL, HOUVE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O INCRA PARA ASSENTAMENTO, QUE RESULTOU EM QUATRO ASSENTAMENTOS, COM A ENTREGA DOS CCUS. ESTÁ AGUARDANDO AS NOVAS DIRETRIZES. EXISTEM TRATATIVAS COM O SUPERINTENDENTE RAÍ PARA QUE SE DÊ CONTINUIDADE. O MUNICÍPIO ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO E QUER TRABALHAR JUNTO COM O GRUPO. EXISTEM DIFICULDADES NAS MATRÍCULAS ORIGINAIS DESSES ASSENTAMENTOS QUE IMPEDEM O INCRA DE FAZER E DE EXPEDIR OS TÍTULOS DEFINITIVOS.

CAROLINA - INCRA – ESSA PARTE DA REGULARIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS, CONSEGUIMOS AVANÇAR BASTANTE. TEM DUAS GLEBAS QUE AINDA FALTA ALTERAR, CONSIDERADAS ÁREAS DE SOBRA. MAS SE O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS QUISE FAZER O LEVANTAMENTO E ENVIAR PARA O INCRA, PODE VERIFICAR COM MAIS ATENÇÃO. SOBRE AS COOPERAÇÕES TÉCNICAS: ESTÃO RETOMANDO AS BUSCAS JUNTO ÀS PREFEITURAS PARA FORMALIZAR DE TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO, PARA AUXILIAR NA REGULARIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO DE CCIR. ESTÃO TRABALHANDO, TAMBÉM, PRÓXIMOS AO ITERPA. PARA AUXILIAR NA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DO ESTADO, FOI FORMADA UMA EQUIPE DE CAPACITAÇÃO, COM UM SERVIDOR HABILITADO NO SISTEMA PARA JÁ INCLUIREM AS ÁREAS DE TITULAÇÃO DO ESTADO. ESSAS ÁREAS JÁ VÃO SAIR REGULARIZADAS, COM O CADASTRO REALIZADO NO SCNCR. ESSA FOI A MANEIRA ENCONTRADA DE FACILITAR A COOPERAÇÃO DOS TRÊS ÓRGÃOS DE TERRAS DO ESTADO. ALÉM DISSO, PRETENDE RETOMAR A CELEBRAÇÃO DE ACTS NO PROGRAMA TITULA BRASIL. O PROGRAMA ESTÁ SENDO ATUALIZADO, TALVEZ MODIFIQUE O NOME E O ÂMBITO DE ATUAÇÃO. ESTÃO ARTICULANDO COM AS PREFEITURAS PARA QUANDO SAIR

AS NOVAS REGULAMENTAÇÕES QUE VAO REGULAMENTAR ESSE PROGRAMA, PARA ASSINAR OS NOVOS ACTS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - PARAGOMINAS DEVE ENCAMINHAR A CGJ E AO INCRA QUESTIONAMENTOS PARA RESPOSTA. PODE ENCAMINHAR A CORREGEDORIA PARA JUNTAR AO PROCESSO DE GOVERNANÇA.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – QUESTIONAMENTO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS EM LIMOEIRO DO AJURU. FOI IDENTIFICADO NUM EXPEDIENTE EM TRAMITAÇÃO NA CGJ QUE LIMOEIRO DO AJURU NÃO REALIZA REGISTRO DE IMOVEIS EM RAZÃO DA FALTA DE DELIMITAÇÃO DE TITULARIDADE DE TERRAS NO MUNICÍPIO. O PROF GIROLAMO DESCONHECE O PROBLEMA.

MARCOS SOUZA – SPU – DESCONHECE O PROBLEMA. ARGUMENTA QUE A SEDE É MUNICIPAL.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – DELIBERAÇÃO: OFICIAR AO MUNICIPIO DE LIMOEIRO DE AJURU, ITERPA, SPU E INCRA PARA DESCOBRIR O MOTIVO DA FALTA DE REGISTRO DE IMÓVEIS EM LIMOEIRO DO AJURU. DENTRO DO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO, LIMOEIRO DO AJURU PODE ENTRAR COMO LABORATORIO.

MARCOS SOUZA – SPU – ACREDITA QUE O PROBLEMA DELES SEJA A POLIGONAL. PRIMEIRO O MUNICÍPIO PRECISA DIZER, MINHA SEDE É ESSA. E DAÍ PARTIR PARA OS OUTROS CAMPOS QUE NÃO SÃO SEDE.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – TALVEZ ELES PRECISEM DE AJUDA PARA FAZER ISSO

LULLY – UFPA – CASO NÃO HAJA NENHUM LEVANTAMENTO, CONSIDERANDO QUE É NECESSÁRIA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS MUNICÍPIOS IDENTIFICAREM ESSAS ÁREAS, COLOCA A CLÍNICA DA UFPA À DISPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU. NÃO É UMA QUESTÃO DE DELIMITAÇÃO DE SEDE. ISSO É UM ATO ADMINISTRATIVO, MAS A QUESTÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO, QUE É SABER A QUEM O MUNICÍPIO DEVE REQUISITAR A ÁREA E CONSTITUIR PATRIMONIO PRÓPRIO É UMA SITUAÇÃO BASTANTE DELICADA NA NOSSA REGIÃO. ESTATISTICAMENTE, A ÁREA DEVE SER ALGUM BEM FEDERAL, MAS A UFPA PODE FAZER OS LEVANTAMENTOS E PRESTA ASSISTÊNCIA NECESSÁRIA AO MUNICÍPIO PARA QUE ELE POSSA INICIAR UM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO. NÃO É UM CASO ESPECÍFICO DE LIMOEIRO DO AJURU. A MAIOR PARTE DOS MUNICÍPIOS NÃO TEM GLEBA MUNICIPAL DEFINIDA. PORQUE A DEFINIÇÃO DE SEDE NÃO TEM O CONDÃO DE REPASSAR PATRIMÔNIO. A NÃO SER QUE O PATRIMONIO MUNICIPAL,

NO PROCESSO DE SECESSÃO DA ÁREA JÁ TENHA SIDO LEGALMENTE CONSTITUÍDO. ESSA SITUAÇÃO É MUITO CENTRAL, O TERRA LEGAL TRABALHA NESSA ÁREA E ISSO É EXTREMAMENTE IMPACTANTE PARA OS MUNICÍPIOS PROVEREM CONDIÇÕES MÍNIMAS DE INFRAESTRUTURA PARA OS SEUS MUNICÍPIOS.

MYRIAM CARDOSO – UFPA – EM TERMOS ESTATÍSTICOS, DOS 400 MIL TÍTULOS QUE FORAM REPASSADOS EM GLEBAS NO PROGRAMA TERRA LEGAL PARA O CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM OS ESTADOS, 138 DESSAS ÁREAS FORAM REPASSADAS PORQUE ELAS INCIDEM OU TOTAL OU PARCIALMENTE EM TERRAS FEDERAIS, ISSO EM TODA A SEDE DO MUNICÍPIO. ESSES MUNICÍPIOS TIVERAM SÉRIAS DIFICULDADES. POR ISSO, A ATUAÇÃO DO REDE AMAZONIA.

DES JOSE ROBERTO – AGRADECE A CONTRIBUIÇÃO. SUGERIU DIA 20.10.2023 PARA A REUNIÃO ENTRE CODEM, SPU E UFPA.

HOUVE CONCORDANCIA.

INARA – SEMAS – TEM UMA CONTRIBUIÇÃO A FAZER EM RELAÇÃO A PAUTA DE PARAGOMINAS, AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO, IDENTIFICOU NA SECRETARIA, NO BOJO DO PROJETO TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS, JÁ EXISTEM TRÊS ÁREAS DE INTEGRAÇÃO DO PROJETO, QUE SÃO SELECIONADAS A PARTIR DAS ÁREAS MAIS PRESSIONADAS PELO AUMENTO DO DESMATAMENTO ILEGAL. ELAS SÃO FORMADAS 80% POR PROJETOS DE ASSENTAMENTO. O PROGRAMA OFERECE UM PACOTE QUE VISA FACILITAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E A RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS. A GRANDE DIFICULDADE DE AVANÇO DESSE PROJETO É JUSTAMENTE QUANDO SE DEPARAM COM OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO PORQUE O PROGRAMA LOTE CAR NÃO ESTÁ CONFIGURADO PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO CAR NESSAS ÁREAS. ISSO PREJUDICA O ACESSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AOS ASSENTADOS. AINDA QUE SE AVANCE NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ESBARRA NA FALTA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. HÁ NOTÍCIAS DE UM TRABALHO CONJUNTO DO INCRA COM O SISTEMA AMBIENTAL BRASILEIRO DE ADAPTAÇÃO DO MÓDULO LOTE CAR PARA TANTO, QUE JÁ ESTÁ SE AVANÇANDO COM ESSA ADAPTAÇÃO DO SISTEMA E QUE, EM BREVE, IA SER DADO ACESSO AO ESTADO E ÀS PREFEITURAS PARA QUE PUDESSEM DAR CONTINUIDADE NOS CADASTROS. NA SEMAS, IDENTIFICA-SE A DIFICULDADE DE REGULARIZAÇÃO TANTO FUNDIÁRIA QUANTO AMBIENTAL DAS PESSOAS QUE VIVEM EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO. COLOCA AO GRUPO PARA VER SE É CONVENIENTE O ACOMPANHAMENTO DA QUESTÃO.

	<p>CAROLINA – INCRA – SOBRE O LOTE-CAR, JÁ ESTA TRABALHANDO MUITO PRÓXIMO DA SEMAS, INCLUSIVE COM SERVIDORES TRABALHANDO NO INCRA, PARA AGILIZAR OS PROCEDIMENTOS. HÁ AVANÇOS E É INEDITO.</p> <p>DES JOSE ROBERTO – AGRADECEU A PRESENÇA E CONTRIBUIÇÃO DE TODOS. RESSALTOU A IMPORTANCIA DA TROCA DE EXPERIENCIAS.</p> <p>MARCOS SOUZA – SPU – PARA AGILIZAR, DEVE TRAZER À REUNIÃO DO DIA 20.10 O REPRESENTANTE DA AGU E, O REPRESENTANTE DA CODEM DEVE TRAZER O PROCURADOR DO MUNICÍPIO</p> <p>A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 12H30. APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.</p> <p>A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=26a7e7d0902c0ef0e24c&l=480&a=390</p>
--	--

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
REMESSA À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DAS NOTAS TÉCNICAS REFERENTES AO GEORREFERENCIAMENTO	CGJ	PRÓXIMA REUNIAO
ESTABELECIMENTO DE CRONOGRAMA PARA TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS, EM CONTINUIDADE ÀS JÁ INICIADAS NO PROJETO REGULARIZAR	ITERPA	PRÓXIMA REUNIAO
REMESSA, AO GRUPO, DOS RESULTADOS OBTIDOS PELO ENCONTRO MANTIDO ENTRE SPU, ITERPA E INCRA, PROGRAMADO PARA OS DIAS 10 E 11.10.2023	ITERPA, SPU E INCRA	PRÓXIMA REUNIAO
INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO DE SASSUNEMA.	PREFEITURA DE ANANINDEUA	PRÓXIMA REUNIAO
ENVIO DE NÚMEROS DE PROCESSO AO ITERPA PARA INFORMAÇÕES	BREU BRANCO	PRÓXIMA REUNIAO
CREA VERIFICAR JUNTO À EMATER A ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS, POR MEIO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ALINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES COM A FAMEP	CREA	PRÓXIMA REUNIAO
PADRONIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PELA SEMAS PARA ROBOTIZAÇÃO DO ACESSO AO SISTEMA DOS CARTÓRIOS	SEMAS	PRÓXIMA REUNIAO

EXPOSIÇÃO DO PROJETO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO	FAMEP E URBE AMAZONIA	PRÓXIMA REUNIAO	
ENCAMINHAMENTO NOTA TÉCNICA REFERENTE À COMUNIDADE LAGO VERDE	UFPA	PRÓXIMA REUNIAO	
ESTABELECEER DIÁLOGO ENTRE CODEM, UFPA E SPU PARA AVANÇO NO DEBATE SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DEMARCAÇÃO DA PRIMEIRA LÉGUA PATRIMONIAL DE BELÉM	SPU/CODEM/UFPA	20/10/2023	
EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A SPU, INCRA, ITERPA E PREFEITURA DE LIMOEIRO DO AJURU SOBRE A AUSÊNCIA DE REGISTRO DE IMOVEIS NO LOCAL. MATÉRIA SENDO ACOMPANHADA NO PROCESSO 0003696-51.2023.2.00.0814	CGJ	PRÓXIMA REUNIAO	
ENCAMINHAMENTO AO ITERPA DO MODELO DE PARCERIA FIRMADO ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO E A UNIVERSIDADE FEDERAL COM O INTUITO DE DIMINUIR OS CUSTOS DO GEORREFERENCIAMENTO	CGJ	PRÓXIMA REUNIAO	
APRESENTAR PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO PARA A 1ª LEGUA PATRIMONIAL DE BELEM	SPU E CODEM	20/10/2023	
DESIGNAR REUNIÃO COM SPU, CODEM, UFPA E JUSTIÇA FEDERAL, APÓS A REUNIÃO TÉCNICA DO DIA 20/10/2023	CGJ	PRÓXIMA REUNIAO	
ENCAMINHAR POR EMAIL O CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS	SPU	PROXIMA REUNIAO	
ENCAMINHAR PLANO DE TRABALHO PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS	CGJ	PROXIMA REUNIAO	
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS DEVE ENCAMINHAR AO INCRA OS QUESTIONAMENTOS SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS ASSENTAMENTOS E APRESENTAR SOLUÇÕES NA PRÓXIMA REUNIAO	PARAGOMINAS	PRÓXIMA REUNIAO	
CONVIDAR O CAU/PA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO	CGJ	27/10/2023	
data: 06.11.2023	INÍCIO: 9H	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 – TJPA
Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu, _____ Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevo.			
Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR			

